



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRONEGÓCIO
DEPARTAMENTO DE PRESERVAÇÃO, LICENCIAMENTO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Licença de Operação nº 079/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL TRÊS LAGOAS/MS por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRONEGÓCIO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2.298, de 18 de novembro de 2008, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 187, de 12 de dezembro de 2016 e pelo Termo de Cooperação Técnica nº 01/2016, firmado entre o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e o Município de Três Lagoas, EXPEDIR a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO, que autoriza a **EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. SANESUL**, nome fantasia: **SANESUL**, CNPJ: 03.982.931/0001-20, a exercer a atividade de **ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO – EEE**, situada na Rua Antônio Estevam Leal, s/n, Jardim Dourado sujeitando-se às condicionantes constantes no verso deste instrumento.

VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 04 (quatro) anos da data de sua assinatura.

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias anterior ao seu vencimento.

Três Lagoas/MS, 23 de agosto de 2019.


TONIEL CARLOS FERNANDES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agronegócio

Condicionantes Específicas

1. Esta Licença autoriza a operação da Estação Elevatória de Esgoto IFMS, com vazão nominal de 25,00 L/s, que atende a rede coletora de esgoto localizada em área urbana de Três Lagoas compreendida pela Microbacia XI-1;
2. Fornecer condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de maneira a assegurar a não contaminação do solo, dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;
3. Adotar medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos;
4. Realizar a manutenção preventiva nos equipamentos instalados na EEE, de forma a evitar paralisação por problemas mecânicos e/ou elétricos;
5. Em caso de defeito no sistema de bombeamento, extravasamento do esgoto ou qualquer outro tipo de acidente, comunicar imediatamente a Secretaria de Meio Ambiente e Agronegócio;
6. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas que possam causar incômodo à vizinhança, bem como a queima ao ar livre de resíduos de qualquer natureza e em qualquer estado dentro da área do empreendimento ou em área de terceiros;
7. Os ruídos emitidos pelo empreendimento deverão estar dentro dos parâmetros estabelecidos no Art. 10, da Lei Municipal nº 2.418, de 23 de dezembro de 2009, ou legislação equivalente que venha a substituí-la;
8. Deverão ser utilizados EPI's, durante a operação desta EEE, de acordo com normas técnicas pertinentes;
9. Implementar sistema de controle de vetores;
10. Implantar calçada com faixa contínua permeável de 01 m de largura junto ao meio fio e faixa contínua pavimentada de 1,5 m de largura, além do plantio de indivíduos arbóreos, conforme os Artigos 34 e 57, da Lei Municipal nº 2.418, de 23 de dezembro de 2009, assim que for realizada a pavimentação asfáltica da via de acesso.

Condicionantes Gerais

1. Esta Licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento para fins de fiscalização;
2. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais e municipais;
3. Qualquer alteração da Titularidade e/ou Razão Social deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
4. Qualquer alteração, ampliação ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão ambiental competente;
5. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agronegócio reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com normas legais, exigir melhorias ou alterações na operacionalização da empresa;
6. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental é de responsabilidade do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
7. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensão ou cancelada, sem prejuízo da adoção de outras medidas punitivas administrativas e judiciais quando houver:
 - i. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes acima descritas ou normas legais;
 - ii. Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
 - iii. Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

